



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

13 de agosto de 2019



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Cidade					
DATA	13 / 08 / 2019	PÁG.	5	Gerada	Positiva

São Luís

Melhorias no sistema para monitoramento de custos são apresentadas ao PGJ

Em uma reunião na manhã da última quinta-feira, 8, a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do Ministério Público do Maranhão apresentou ao procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, aperfeiçoamentos na plataforma do Sistema Integrado de Custos (SIC).

Entre as principais melhorias apresentadas, novas possibilidades na análise e comparação de

dados e mais facilidade no uso da plataforma para exploração dessas informações.

“O SIC vai permitir que os gestores das promotorias tenham mais controle nos gastos, permitindo, por meio da visualização desses números, mais estratégias para reduzir custos e uma gestão mais eficiente e sustentável”, afirmou Luiz Gonzaga Martins Coelho. Além do procurador-geral de

justiça, estiveram presentes o diretor da Seplag, Raimundo Nonato Leite Filho, o diretor da Escola Superior do MPMA, Márcio Thadeu Silva Marques, e servidores.

SIC

Desenvolvido pelo MPMA desde 2016, com coordenação da Seplag, o SIC tem como objetivo otimizar a utilização dos recursos públicos, eliminando desperdício

e garantindo transparência. As informações contidas no SIC são referentes a todas as despesas de cada Promotoria de Justiça ou setor do Ministério Público, reunindo gráficos de gastos com salários, água, luz, energia, transporte, combustível, internet, telefonia etc.

A implementação do sistema segue orientação das diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	13 / 08 / 2019	PÁG.	6	Gerada	Positiva

Bom Jardim MPMA denuncia ex-gestor e sócios de empresa por fraudarem licitação

O Ministério Público do Maranhão ofereceu Denúncia ao Poder Judiciário, em 5 de agosto, contra o ex-prefeito de Bom Jardim, Manoel da Conceição Ferreira, mais conhecido como Sinego e também contra o representante legal da empresa FG Engenharia Construções Ltda e seu sócio, Geraldo Carlos dos Santos e Carlos Renato Sá dos Santos.

Após tomar posse como gestor de Bom Jardim, em virtude do afastamento da prefeita e vice-prefeita, o então presidente da Câmara de Vereadores, Sinego instaurou Procedimento Administrativo por meio do qual deu início à licitação resultando na contratação fraudulenta da empresa FG Engenharia e Construções.

O procedimento licitatório foi iniciado em 31 de outubro de 2016, apenas dez dias após ter tomado posse como prefeito. O contrato foi assinado em 5 de dezembro de 2016.

Segundo o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira, Sinego foi empossado para cumprir as funções de prefeito e em menos de 40 dias de gestão realizou a licitação no valor de R\$ 646.667,14, cujo objeto não era emergencial. O objetivo era promover a construção de quatro praças, revestimento asfáltico, microrevestimento e drenagem para transposição de talvegues (caminhos por onde as águas da chuva e ou nascentes passam) em Bom Jardim.

Na Denúncia, o representante do MPMA destaca que dos

70 dias de gestão à frente do Município de Bom Jardim, 40 foram gastos com a licitação. O contrato não foi cumprido até o final do curto mandato.

"O ex-gestor, ao efetuar esta temerária contratação de uma empresa para construir praças e promover revestimento asfáltico em apenas 30 dias e ao pagar pelos serviços mesmo sem a comprovação de seu cumprimento, promoveu, dolosamente, desvio de recursos públicos", afirmou Fábio Oliveira.

IRREGULARIDADES

O aviso de licitação na modalidade Tomada de Preços foi publicado em 14 de novembro e estava prevista para ocorrer em 30 de novembro, apenas 16 dias após a publicação. Entretanto, 30 de novembro era feriado em Bom Jardim. "Por dedução lógica, ficou evidente o intuito de afastar a livre concorrência no certame e o direcionamento da licitação para uma empresa amiga", afirmou Oliveira.

O edital previa que a entrega dos envelopes para a licitação poderia ser feita no dia 1º de dezembro. A empresa Costa Neto Construções Ltda apontou o problema e tentou impugnar o certame, advertindo o prefeito sobre a lesão ao princípio da publicidade e questionando a ausência de divulgação em tempo hábil. Entretanto, segundo a Denúncia, o prefeito indeferiu a impugnação com o claro objetivo de afastar a competitividade.

"Nota-se que, entre os dias

22/11/2016 e 01/12/2016, transcorreram apenas oito dias corridos e não os 15 exigidos por lei para tomadas de preços na modalidade melhor preço, nem 30 dias, para modalidade melhor técnica ou técnica e preço".

O prazo de 15 ou 30 dias deveria ser reaberto porque a alteração da data de entrega dos envelopes altera a formulação de propostas, pois trata-se do ato mais importante de uma licitação. "Então, por qual motivo o prazo não foi reaberto? Porque o interesse do gestor era desviar recursos públicos. Dessa forma, o réu Sinego precisava atropelar o rito processual para conseguir desviar recursos antes de acabar seu mandato", afirmou Oliveira.

Na avaliação do MPMA, a imprecisão de datas foi capaz de gerar contradições e, por consequência, infundiu confusão nos participantes, frustrando o caráter competitivo do certame por não atender ao princípio da publicidade em sua integralidade.

Outro problema detectado é que a empresa concorrente deveria se deslocar a Bom Jardim e pagar R\$ 50,00 para retirar o edital, ferindo o artigo 32 da Lei 8.666/1993. A Promotoria também aponta que apenas a F.G. Engenharia e Construções Ltda-EPP e a Costa Neto Construções Ltda participaram da sessão, e a segunda foi considerada inabilitada, pois teria descumprido alguns itens do edital.

Segundo o promotor de justiça, outras cinco empresas

teriam retirado o edital, mas a alteração da data, sem ampla publicidade, e a desclassificação da outra concorrente atestam que o prefeito conseguiu direcionar o certame.

Apesar de nenhuma obra ter sido executada, o Município de Bom Jardim efetuou transferência bancária de R\$ 89.950,99 para a conta da FG Engenharia em 30 de dezembro, exatamente o último dia útil do mandato de Sinego.

CRIMES

Sinego, Geraldo Carlos dos Santos e Carlos Renato Sá dos Santos foram denunciados por associação criminosa (artigo 288 do Código Penal); por ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal (Lei nº 9.613/98).

Também foram denunciados por frustrar o fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o objetivo de obter vantagem; patrocinar interesse privado perante a Administração; obstar, impedir ou dificultar, injustamente, a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais, crimes previstos na Lei 8.666/93; e o ex-gestor por crime de responsabilidade (apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio).



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Atos, Fatos e Baratos					
DATA	13 / 08 / 2019	PÁG.	2	Gerada	Positiva

DESCE

O ex-prefeito de Bom Jardim/MA, Manoel da Conceição Ferreira, mais conhecido como Sinego, e o representante legal da empresa FG Engenharia Construções LTDA e seu sócio, foram denunciados pelo Ministério Público por licitação fraudulenta.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Cidades

DATA

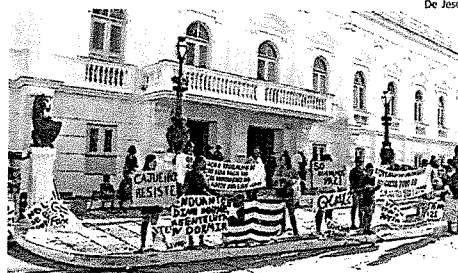
13 / 08 / 2019

PÁG.

6



Máquinas em operação durante a reintegração de posse no Cajueiro



Moradores do Cajueiro protestam em frente ao Palácio dos Leões

Moradores protestam contra reintegração de posse no Cajueiro

Governo disse que há 28 posses diretamente afetadas, entre imóveis habitados e não habitados; moradores protestaram em frente aos Leões

Um grupo de moradores realizou um protesto, ontem, 12, em frente ao Palácio dos Leões, sede do Poder Executivo estadual, contra a reintegração de posse no Cajueiro, comunidade localizada na zona rural de São Luís, onde um porto será construído. Os populares pretendiam evitar a demolição de 28 casas na área. A decisão judicial no local foi cumprida sob proteção de policiais militares.

O pessoal contratado para a demolição chegou logo cedo ao Cajueiro, para cumprir determinação judicial de reintegração de posse. O juiz Marcelo Oka, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, garantiu a posse em favor da empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda, embora, em 2015, uma sentença judicial tenha assegurado o terreno à comunidade, que alega já ter 200 anos e ter sido fundada por um grupo chamado "Terreiro do Egito".

Segundo informações do pescador Clóvis Amorim, liderança comunitária do Cajueiro, a empresa

WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda não é proprietária do terreno e que a comunidade possui a regularização fundiária desde 1998. "Nós recebemos esse documento do Iterma (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão) na condição de assentamento. O que acontece é que a empresa que vai construir o porto está cometendo diversas irregularidades. Ela não quer que o documento que apresentou seja subneido a perícia", frisou ele.

Clóvis Amorim comentou que a comunidade soube da reintegração de posse desde a semana passada, mas não de forma oficial, o que motivou os populares a se mobilizar nas manifestações, tanto em frente ao Palácio dos Leões como dentro do Cajueiro. "O Governo do Estado está pagando R\$ 600 de aluguel social e uma cesta básica de R\$ 95 para as famílias que terão suas casas demolidas pelos tratores que chegaram ao bairro. Ninguém consegue sobreviver com isso. Mas o que queremos é continuar morando lá, porque existe toda uma história e tradição envolvidas nessa luta",

destacou o pescador.

Ainda segundo o líder comunitário, pelo menos 600 famílias residem no local e muitas já perderam seus imóveis nesse processo de instalação do porto. "Algumas casas foram derrubadas e as pessoas ainda não foram indenizadas", pontuou Amorim. De acordo com ele, os moradores ficaram acampados na entrada do Palácio dos Leões até que o governo os recebesse e se posicionasse diretamente à comunidade acerca da reintegração de posse.

O impasse

Desde 2014 ocorrem esse impasse na construção do porto e também as denúncias da derrubada das casas. Naquele ano, os moradores, inclusive, fizeram um protesto (bloquearam vias públicas) contra as intervenções no local. Já houve até encontros entre representantes comunitários, do Iterma e do Ministério Público Estadual (MPE) na tentativa de solucionar o caso.

O advogado Rafael Silva, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), lamentou

a reintegração de posse na comunidade e classificou a questão como "problema muito grave". Ele recordou esse embate entre as partes envolvidas. "Existe uma sentença judicial movida em 2014 pela Defensoria Pública do Estado protegendo a posse aos moradores do Cajueiro. E existe outra ação, um interdito proibitório, movida pela empresa contra a União dos Moradores do Cajueiro", assinalou o advogado.

"Desde segundo processo, houve, em maio deste ano, uma liminar de reintegração de posse concedida pelo juiz Marcelo Oka para a empresa portuária. Acontece que a sentença de 2015 ainda é válida. Ou seja, isso não está resolvido", frisou Rafael Silva. Segundo ele, o correto seria aguardar o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) se manifestar nos recursos que estão lá com relação às decisões conflitantes. "Outro aspecto é que nessa operação de hoje (ontem), a população do Cajueiro não foi informada sobre a data certa para a reintegração", denunciou o advogado.

"Um oficial de justiça deveria no-

tificar a comunidade sobre a operação em todos os seus detalhes, para que as pessoas tenham tempo de se organizar. Isso é um direito básico, para que os moradores saibam o dia em que suas casas serão derrubadas.

Essa situação é inaceitável. Houve quebra de todos os protocolos de cumprimento da decisão judicial de reintegração de posse", disse Silva. ●

Integra em oestadoma.com/470952



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Caderno 2

DATA

13 / 08 / 2019

PÁG.

1

PM cumpre reintegração de posse em ocupação na comunidade Cajueiro

Desde a noite de domingo, moradores fizeram protesto em frente ao Palácio dos Leões na tentativa de reverter a determinação judicial, que ordenou a derrubada de 23 casas

LUCIENE VIEIRA

Na manhã dessa segunda-feira (12), foi realizada uma reintegração de posse na comunidade do Cajueiro, localizada na região da Vila Maranhão – zona rural de São Luís, quando deveriam ser derrubadas cerca de 23 casas construídas numa área de 200 hectares, comprada pela empresa responsável pelo Porto São Luís. Para cumprimento da determinação judicial, foram mobilizados policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope), do 1º Batalhão da Polícia Militar (1º BPM), da Cavalaria e dos comandos de Policiamento de Áreas Metropolitanas 1 e 2. Na tentativa de impedir que suas casas fossem derrubadas, os moradores fizeram paredes humanas, diante das guarnições da Polícia Militar. A reintegração de posse teve início às 8h30, e, ao meio-dia e meia, mais de oito casas já tinham sido derrubadas. Uma das residências derrubadas pertence à família de Fabiana Castro Sousa, que no momento da reintegração estava acompanhada dos seus filhos, sendo um bebê de colo, o marido dela não estava em casa. Nesse momento, chegou a ter um princípio de confusão, pois uma das crianças que morava no imóvel não estava sendo localizada. Motivou pelo qual a derrubada das paredes (foi interrompida pelo representante do Porto São Luís, Ulisses Penachio.

Toda a ação de reintegração de posse foi acompanhada pela Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Maranhão (OAB-MA), pela comunidade, por professores da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA). O advogado Rafael Silva Júnior, presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB-MA, pediu que a casa não fosse demolida até que a criança fosse encontrada. Instantes depois a menina retornou da residência de um vizinho, para onde teria ido num momento de distração de seus familiares. Logo depois de a criança reaparecer, Fabiana Castro foi retirada de sua casa com seus filhos, e os móveis da família dela foram colocados em um caminhão-bau.

Fabiana Castro e seus filhos foram colocados em um táxi, mas ninguém soube informar o destino do táxi. Outra moradora, que assistiu à derrubada da casa de Fabiana, contou que a sua já havia sido demolida minutos antes. "Minhas coisas estão dentro de um caminhão-bau. É nesse caminhão que eu vou morar, pois não tenho para onde ir", disse a mulher, que não quis se identificar. Ainda na manhã de ontem, o governo do Estado informou que a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedhpop) vai resarcir todas as famílias que residem no Cajueiro, com pagamentos mensais de R\$ 600 para o aluguel social, nos próximos 12 meses, e que serão doadas cestas básicas às 23 famílias. Já o Porto São Luís garantiu que vai

oferecer empregos aos moradores das casas que foram demolidas ontem.

A assessoria de imprensa do Porto São Luís informou ainda que, após os 12 meses do aluguel social, as famílias seriam levadas para imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida.

COM CUMPRIMENTO DE RESIDÊNCIA

De acordo com o responsável pelo Núcleo de Moradia da Defensoria Pública do Estado, o defensor público Marcus Monteiro, a casa onde Fabiana e sua família moravam há três anos pertencia a José Reinaldo, e este homem já havia mostrado ao defensor, em datas anteriores, o documento que comprova que ele seria legalmente o dono da propriedade, pois teria o título do imóvel.

Ainda conforme o defensor público, isso leva a crer na hipótese de que a empresa responsável pela venda dos 200 hectares para o Porto São Luís fez a comercialização dessas terras, em 2014, com famílias que moravam nelas há muito mais tempo, e que possuem documentos que comprovam isso. "E, com certeza, há outras casas que foram demolidas e que os moradores ou proprietários delas também têm os títulos desses imóveis", frisou Marcus Monteiro.

Entretanto, ouvido pelo Jornal Pequeno, Ulisses Penachio argumentou que, a partir de 2014, quando os 200 hectares foram comprados, o Porto São Luís fez um levantamento social e identificou 100 famílias; sendo que, dessas 100 famílias, apenas seis ainda não teriam sido indenizadas. "As 23 famílias são invasores, se apossaram dos terrenos depois que já tinham feito a compra. Por isso, entramos com o pedido de reintegração de posse", disse Ulisses.

MOMENTOS TENSOS

Já com a equipe de reportagem no local, os moradores fizeram uma barreira humana em duas casas que estavam na lista das 23 que foram destruídas. Na primeira, a polícia provisoriamente desistiu, seguindo para a próxima. Na segunda, os policiais estavam prestes a lançar bombas de efeito moral nos moradores, seguravam casacaletes de modo firme, prontos para utilizarem a qualquer momento. Mas não houve nenhuma ação nesse sentido. Há informações de que anteriormente policiais lançaram spray de pimenta.

PROCESSO

Segundo a DPE, no dia 9 de maio, o juiz de Direito auxiliar Marcelo Elias Oka assinou uma decisão liminar que permite a demolição de residências na Praia de Parnaíba, no Cajueiro. A medida concedeu reintegração de posse de 200 hectares à WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais, sócia da Companhia Brasileira de Construção e Comunicações (CBCC), na obra do Porto São Luís. No dia seguinte à decisão liminar, a DPE-MA recorreu entrando com agravo de instrumento no Tribunal de Justiça, mas o recurso não teria sido apreciado.



Móveis e utensílios domésticos foram retirados das casas, antes de os operários do Porto São Luís iniciarem as demolições

O defensor público Marcus Patrício Soares Monteiro, que é titular do Núcleo de Moradia e Defesa Fundiária, informou que foi solicitada pela DPE a análise urgente do agravo de instrumento, de efeito suspensivo, que evitaria o cumprimento da reintegração de posse. O processo estava com o desembargador Ricardo Duallibe.

No dia 21 de maio, houve uma audiência no Fórum Desembargador Sármey Costa, com advogados da WPR São Luís, Marcus Patrício e o juiz Marcelo Elias Oka. Nela, Marcus Monteiro solicitou ao próprio Oka a revogação da liminar de demolição de residências na Praia de Parnaíba. Segundo Monteiro, o juiz



Um forte aparato policial foi usado para garantir a reintegração de posse, na comunidade Cajueiro

tem estado de acordo com argumentos prestados pela empresa responsável pela construção do porto. Uma das alegações é a de que tinha existido uma invasão em massa nos 200 hectares, após a empresa ter comprado o terreno de outra empresa. "Essa invasão nunca aconteceu", enfatizou o defensor público, ao garantir que as famílias que permanecem na

área já estavam no local antes da instalação do empreendimento portuário.

No último sábado (10), a comunidade entrou com um "pedido de segurança", ao desembargador de plantonista do Tribunal de Justiça, o Foz Sobrinho, que impediria a reintegração de posse. Porém, o desembargador não teria avaliado o pedido.

Governo diz que esgotou processo de mediação

Na manhã de ontem, o governo do Maranhão emitiu nota sobre a decisão judicial de reintegração de posse. Na nota, o governo do Maranhão disse que se

se trata de um cumprimento de determinação judicial. E que haveria 28 poses diretamente afetadas, dentre imóveis habitados e não habitados. O Porto São Luís

disse que são apenas 23 casas. Na nota, o governo do Estado disse também que tinha esgotado o processo de mediação.

Na nota, também foram citados os serviços de assistência a moradia e de alimentação oferecidos pela Secretaria de Direitos Humanos.

Manifestação em frente ao Palácio dos Leões

Desde a madrugada de ontem, moradores do Cajueiro acamparam em frente ao Palácio dos Leões, contra a reintegração de posse. Eles pediam a presença do governador Flávio Dino, na

tentativa de impedirem a reintegração de posse. Reinaldo Cardoso, que mora no Cajueiro desde 1996, disse que a 23 casas seria uma das 23 que deveriam ser demolidas. "Eu estou

desempregado, e por isso vivo do plantio que faço no quintal do meu terreno. Se eu sair do Cajueiro, não tenho para onde ir", disse Reinaldo. José de Ribamar Cunha Castro, que mora no Cajueiro há 20

anos, e José de Ribamar Silva Coelho, desde o ano de 2006, também disseram que vivem da agricultura e pesca. "Eu até queria ser pescador tenho", disse José de Ribamar Silva Coelho, mostrando a caieira.

Posicionamento do Porto São Luís

Por determinação judicial, expedida a 8 de julho deste ano, o Terminal de Uso Privado (TUP) Porto São Luís cumpre a liminar de reintegração de posse dos terrenos ocupados de forma ilegal na área do empreendimento em construção, no bairro Cajueiro, em São Luís.

Diante deste fato, o Porto São Luís preocupado com o bem estar da população local e moradores da área do empreendimento, considerados pela justiça ocupantes ilegais, buscou a melhor forma de cumprimento da liminar, a fim de realizá-la de forma pacífica e humanizada.

Desta forma, as negociações para o cumprimento, de forma pacífica da liminar, foram conduzidas pela Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COEVCV), formada pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, Secretaria

de Estado de Segurança Pública, Secretaria de Estado das Cidades, Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, Instituto de Terras do Maranhão, Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão e Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

Em acordo, ficou definido como critério para serem considerados beneficiários aqueles que residem no local e que encontram-se em estado de vulnerabilidade social. Atualmente, foram identificadas 11 famílias em tal situação. Conforme informações da COEVCV, as famílias ocupantes receberam todas as informações sobre a decisão judicial e os resultados das negociações e, que a partir daí, foi feito um relatório com o levantamento de dados de cada moradia.

Após conclusão dos dados, o Porto São Luís formalizou a proposta para cumprimento da liminar de forma pacífica

da reintegração de posse com a oferta de: aluguel social no valor de até R\$ 600,00 por mês, pago diretamente ao locador ou ao ocupante contemplado; uma cesta básica por mês; ambos pelo prazo de um ano (12 meses). Os ocupantes que optarem pela ajuda de custo terá garantida, caso haja interesse e de acordo com a capacitação educacional e profissional, a uma vaga de emprego nas obras de construção do Terminal Portuário. Caso mais de uma pessoa dentro do mesmo núcleo familiar demonstre interesse em trabalhar, o TUP realizará o cadastramento de um segundo trabalhador potencial, para concorrer a uma vaga de emprego.

As mencionadas 11 famílias ocupantes, consideradas em estado de vulnerabilidade social, serão reassentadas em um novo imóvel, nos padrões "Minha Casa, Minha Vida", com área de até 45m² em

região a ser ainda determinada, conforme doação a ser feita pelo Estado do Maranhão. Pelo Termo de Compromisso, firmado entre o TUP e o governo do Maranhão, serão construídos na área do Porto São Luís para a comunidade local uma escola, uma creche, um posto de saúde, uma delegacia da Polícia Militar e um posto policial da Polícia Civil. O Porto São Luís esclarece que está cumprindo a referida liminar nos limites de sua propriedade, não interferindo nas comunidades vizinhas. O que permite ao empreendimento a continuidade de sua construção e geração de empregos diretos na obra de 3.000 postos de trabalho, situação extremamente motivadora para o momento que o país passa e em especial o Maranhão, propiciando geração de renda e valor na cadeia produtiva.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Vida			
DATA	13 / 08 / 2019	PÁG.	5

Famílias do Cajueiro fazem protesto

Famílias da comunidade do Cajueiro protestam em frente ao Palácio dos Leões. Alguns deles estão acampando no local desde a noite do último domingo

Cerca de 60 famílias da comunidade do Cajueiro realizaram protesto, em frente ao Palácio dos Leões, no Centro Histórico de São Luís, na manhã de ontem, segunda-feira (12).

A reivindicação é que as famílias não sejam despejadas do território em que habitam há pelo menos 200 anos.

Entidades e representantes das comunidades estão acampadas em frente à sede do Governo do Maranhão, desde a noite do último domingo (11), e também se manifestam na própria comunidade, localizada próxima à Vila Maranhão.



Os manifestantes denunciam que o risco de despejo de famílias da comunidade se dá em razão da construção de um porto privado no local. "Estão chamando as pessoas de invasoras para desestruturar um trabalho feito em todas as comunidades. Nós não



ALGUNS MANIFESTANTES ESTÃO ACAMPADOS NA FRENTE DO PALÁCIO DOS LEÕES

somos bichos para ser remanejados", afirmou o coordenador do Movimento dos Pescadores e Pescadoras, Clóvis Amorim, um organizadores dos protestos.

Governo se posiciona

O Governo do Maranhão se posicionou aos protestos da Comunidade de Cajueiro. Ontem, segunda-feira (12), cerca de 60 pessoas amanheceram em frente ao Palácio dos Leões para se manifestar contra a ordem de despejo em nome da construção de um porto privado no local. "Trata-se de um cumprimento de determinação judicial pela reintegração de posse", diz a nota enviada a *O Imparcial*.

A assessoria do Governo do Maranhão afirma que a Secretaria de Direitos Humanos (Sedihpop) "realizou o processo de mediação com o Ministério Público, Defensoria Pública e as partes, a fim de contribuir com a construção de uma solução dialogada". "Esgotado o processo de mediação, cabe ao Estado cumprir a determinação judicial", finaliza o texto.

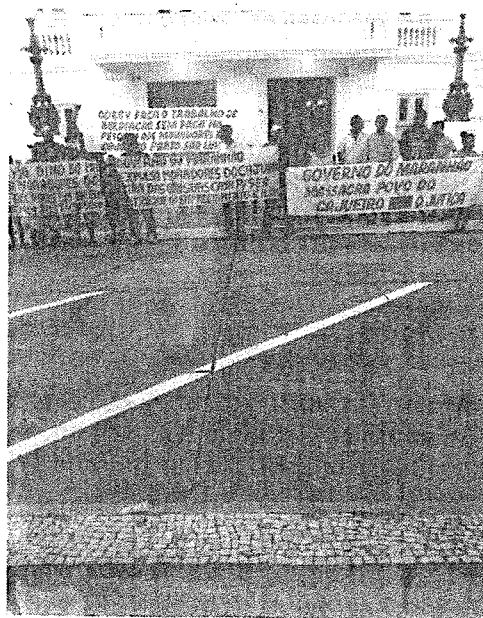
Ainda segundo a nota, a solução encontrada pela Sedihpop foi "reassentamento de todas as famílias que residem no local, pagamento mensal de aluguel social e cestas básicas e proposta de capacitação e emprego de um membro de cada família".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Vida			
DATA	13 / 08 / 2019	PÁG.	5

Manifestações também acontecem na comunidade



Além do Palácio dos Leões, no Centro Histórico de São Luís, as comunidades também protestam no território que habitam, próximo à Vila Maranhão.

Ainda nesta segunda, o cumprimento da reintegração de posse contou com a Polícia Militar e com tratores na derrubada de casas dos então moradores.

Leia a nota na íntegra:

Sobre a decisão judicial de reintegração de posse na comunidade de Cajueiro, zona rural de São Luís, o Governo do Maranhão informa que:

1) trata-se de cumprimento de determinação judicial pela reintegração de posse. Há 28 posses diretamente afetadas, dentre imóveis habitados e não

habitados;

2) a Secretaria de Direitos Humanos realizou processo de mediação com o Ministério Público, Defensoria Pública e as partes, a fim de contribuir com a construção de uma solução dialogada;

3) após a atuação da Secretaria, chegou-se à proposta de reassentamento de todas as famílias que residem no local, pagamento mensal de aluguel social, cestas básicas, proposta de capacitação e emprego de um membro de cada família;

4) esgotado o processo de mediação, cabe ao Estado cumprir a determinação judicial.

Secretaria da Comunicação Social e Assuntos Políticos do Governo do Estado do Maranhão



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O ESTADO DO MARANHÃO				
EDITORIA				
Cidades				
DATA	13 / 08 / 2019	PÁG.	5	

Lojas do Centro Histórico são alvo de arrombadores

Comerciantes dizem que assaltos estão ocorrendo, principalmente, durante a madrugada; os criminosos usam "pé de cabra" para arrombar os estabelecimentos da área; donos de lojas denunciam insegurança e cobram mais ação policial

As lojas de artesanato, lanchonetes e sorveterias, como também pontos comerciais de produtos de secos e molhados, localizados no Centro Histórico, estão sendo alvos de criminosos, principalmente, durante o período da madrugada. A ocorrência de arrombamento, segundo os comerciantes, está sendo de forma diária nessa localidade, e os suspeitos estão utilizando "pé de cabra".

Um dos casos ocorreu na madrugada do último dia 7, e o alvo dos bandidos foi a loja Star Disco, na rua Portugal. O proprietário desse estabelecimento comercial, Benedito Barros, o Binê Roots, disse que, ao chegar à sua loja, encontrou um buraco feito em uma das portas e na parte interna mais estragos.

Binê Roots disse que, segundo informações, o arrombamento foi praticado por moradores de rua e usuários de entorpecentes. Eles levaram vários discos, dinheiro, peças de roupa, acessórios de reggae, pendrives e outros produtos. "Tive um prejuízo acima de R\$ 5 mil e fui obrigado a reforçar a segurança nas portas da minha loja, colocando grades de ferro", declarou.

Segundo ele, no dia 8 deste mês os assaltantes agiram no Mercado das Tulhas. Somente de um ponto comercial, os bandidos levaram sacos de camarão e peixe seco. De uma lanchonete, foram levados



DONOS DE LOJAS estão utilizando grades de ferro para impedir a ação de ladrões durante a madrugada

alimentos e dinheiro.

Na madrugada

Maria de Sousa, de 59 anos, que é funcionária de um dos pontos comerciais do Centro Histórico, disse que, no decorrer do dia, ainda não teve conhecimento sobre ocorrência de arrombamento, mas durante a madrugada já virou rotina. "Os ladrões agem na madrugada quando não existe

quase movimento de pessoas na área e também militares. Alguns moradores do Centro sentem receio de sair de casa após as 23h, já que os bandidos ficam nas esquinas das ruas para assaltar", afirmou a vendedora.

Ivaldo de Jesus Oliveira, de 48 anos, proprietário do Bumba Roots, disse que a maioria dos criminosos que agem na área circula durante o dia para identificar os estabeleci-

mentos que são mais vulneráveis para serem roubados. "A minha loja, até o momento, não foi assaltada, devido a eu dormir no local. Os assaltantes sabem os pontos que ficam sozinhos no decorrer da noite", contou o empresário. Sebastiana Costa, de 45 anos, que trabalha no Bacuri, disse que a polícia conhece alguns assaltantes e até mesmo consegue fazer a captura, mas em

pouco estão soltos e retomam para o Centro Histórico.

Ausência de monitoramento

Joanice Frazão, conhecida como Jó, de 48 anos, tem uma banca há 18 anos, na Praça da Fé, ao lado da Casa do Maranhão. Ela disse que, nas proximidades da Star Disco, havia uma câmera de vídeo do Sistema de Segurança Pública, mas foi desativada. "Muitas câmeras do Reviver não funcionam e isso facilita a ação dos assaltantes. Caso ainda tivesse a câmera, muitos roubos, acredito, não seriam realizados", afirmou.

Ela também disse que foi desativada a câmera nas proximidades da Praça Nauro Machado. "Nesse ponto, as câmeras foram quebradas e os fios estão soltos em um poste de ferro. O Reviver está ausente do serviço de monitoramento", desabafou Jó.

Uma outra vendedora, que não quis se identificar, disse que no local onde trabalha foi necessário colocar grades de ferro, como também sistema de câmera de vídeo tanto na parte interna quanto externa. "Foi necessário reforçar a segurança da loja, pois caso contrário já tinha sido arrombada por marginais", afirmou.

Arrombadores

O delegado do 1º Distrito Policial, Walter Carliro, declarou que, na área do Centro, há dois tipos especificamente de arrombadores.

"Um deles são os moradores de rua. Eles, na maioria das vezes, arrombam casarões para residir, como também para servir de local para usarem droga. Também há aqueles arrombadores que residem na periferia da cidade e se deslocam a área do Centro, com o objetivo de realizar crimes contra o patrimônio público. Eles, sob o ditame de integrantes de facção criminosa de não poder roubar no bairro onde resi-

dem, vão para outras áreas da cidade para realizar as suas ações ilegais", informou o delegado.

Segurança

O Batalhão de Turismo da Polícia Militar (BPTur) informou, por meio de nota, que diariamente são desenvolvidos trabalhos preventivos e ostensivos no Centro Histórico de São Luís. A segurança local conta com cerca de 30 homens da Polícia Militar, que atuam em viaturas ou motocicletas, e realizam abordagem a pedestres e veículos em situação suspeita. O objetivo é inibir atos criminosos na região.

O BPTur esclarece que, em virtude dos eventos realizados nos praças, a segurança recebe o reforço de mais 40 PMs. Além disso, por questões estratégicas, em março deste ano foi inaugurado um Posto Fixo da PM dentro do Terminal da Praia Grande para garantir maior segurança na área.

Em paralelo às ações do BPTur, o 9º Batalhão da Polícia Militar (9º BPM) e Batalhão Tiradentes realizam a segurança em toda a área comercial do Centro. A PM conta com uma viatura para o atendimento de eventuais ocorrências na Rua Grande e informa que retomou a Operação Centro Seguro, que tem como um dos objetivos realizar rondas no horário de 0h até 6h, com o intuito de reduzir arrombamentos durante os finais de semana (sextas, sábados e domingos).

Ainda segundo a nota, os efeitos das ações da Polícia Militar podem ser quantificados na redução de 90% nas ocorrências de arrombamento nestes últimos anos. Já os casos registrados nas últimas semanas seguem investigados pela Polícia Civil.

A Polícia Militar ainda informou que a população também pode colaborar pelo telefone 190 e orientar que eventuais vítimas registrem boletim de ocorrência na delegacia mais próxima. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	13 / 08 / 2019	PÁG.	10

Acusado pela morte de terceirizados da Cemar vai a júri em outubro

Sessão de julgamento será dia 3, no fórum da 2ª Vara Criminal, em Paço do Lumiar, e será presidido pelo juiz Roberto de Paula; crime repercutiu na Ilha

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

O Poder Judiciário marcou para o dia 3 de outubro deste ano o julgamento do facionado Pablo Martins Silva, o *De Menor*, de 18 anos, denunciado pela morte dos funcionários de uma empresa prestadora de serviço para a Cemar, João Victor Melo e Francivaldo Carvalho da Silva. O júri vai ocorrer no Fórum de Paço do Lumiar, e será presidido pelo juiz da 2ª Vara Criminal de Paço do Lumiar, Roberto de Paula.

De acordo com o inquérito, ele, em companhia de seu irmão, um adolecente de 16 anos, praticaram o crime no dia 15 de janeiro deste ano, no Sítio Natureza. Eles foram mortos por terem cortado a energia elétrica da residência da namorada do acusado, nessa localidade.

No julgamento, a promotora de Justiça, Raquel Castro, será a representante do Ministério Público, enquanto a defesa do réu vai ser feita por um defensor público. Também serão ouvidas oito testemunhas, entre elas, o irmão do suspeito, o adolescente, de 16 anos, que participou do crime.

Prisão

De Menor está preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas desde o dia 22 de janeiro deste ano, data da



Pablo Martins Silva, o *De Menor*, que vai a julgamento em outubro

sua prisão. Ao depor na Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP), que investigou o caso, ele disse que decidiu praticar o crime por estar com raiva, devido às vítimas terem cortado a energia elétrica da residência onde o seu filho estava dormindo, no Sítio Natureza. Ele confirmou que o seu irmão também atirou nas vítimas.

O irmão de Pablo Martins foi apreendido no dia 17 de janeiro pela Polícia Civil na residência de uma tia, no Paraná, em Paço do Lumiar. Ele foi apresentado na SHPP, onde afirmou que no dia do crime estava jogando videogame em companhia de colegas na Rua A, no Sítio Natureza, quando foi procurado por *De Menor* para cometerem o duplo assassinato. O apreendido declarou, ainda, que abordaram as vítimas dentro do ve-

ículo da prestadora de serviço para a Cemar, um Fiat Mille, de placas OJC-2736, na Rua B, do residencial e ali mesmo os mataram. Segundo ele, Pablo Martins teria disparado os três primeiros tiros, e ele completou o serviço. Em relação à arma utilizada no crime o adolescente afirmou que estava com seu irmão, mas nunca foi localizada pela polícia.

Mais julgamento

Nesta quarta-feira, 14, o auxiliar administrativo Carlos Diego Araújo Almeida, de 25 anos, vai ser submetido a Júri Popular pela morte de Laura Burnett Maranhão e pela tentativa de homicídio do irmão dela, Felipe Burnett Maranhão, ambos de 8 anos (gêmeos). Ela morreu em um acidente de trânsito, ocorrido na madrugada do dia 26 de abril de 2015, na Avenida Jerô-

nimo de Albuquerque, no Bequimão, provocado pelo acusado.

O julgamento vai ocorrer no Fórum Desembargador Samyey Costa, no Calhau, e será presidido pelo juiz da 4ª Vara do Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Júnior. Na sessão, o magistrado vai ouvir as testemunhas, entre elas o pai da vítima e o próprio acusado. Em seguida, o juiz vai abrir espaço para a defesa e representantes do Ministério Público. Somente após essa etapa será dita a sentença do júri.

Denúncia

Segundo a denúncia do Ministério Público, na madrugada do dia 26 de abril de 2015, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, no Bequimão, nas proximidades do supermercado Atacadão Nordeste, Carlos Diego Araújo Almeida conduzindo uma caminhonete MMC/L-200, Titou, no sentido elevado da Colúma-Cohab, em alta velocidade, colidiu o seu carro com três veículos que se encontravam parados, já que sinal de trânsito está fechado.

A caminhonete dirigida pelo denunciado chocou-se contra um veículo Classic, um Sandeiro, no qual estavam as vítimas, e por último um Fox. Laura Burnett ficou gravemente ferida e foi levada para um hospital particular na capital, mas morreu quatro dias depois. Já o irmão dela sofreu lesões, e a outra criança que estava no carro nada sofreu. •

Carga de maconha é apreendida pela PRF em Santa Luzia

100 kg da droga estavam em uma caminhonete procedente de Manaus (AM), com destino a Timon

A Polícia Federal é quem vai investigar a apreensão de 100 kg de maconha, ocorrida no último domingo, na BR 222, em Santa Luzia. A apreensão foi feita pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). A droga era procedente de Manaus (AM), estava sendo conduzida por um homem, que não teve seu nome revelado, para o município maranhense de Timon. Ele receberá R\$ 10 mil pelo serviço.

"A PRF fez a apreensão da droga, mas a investigação será de responsabilidade da Polícia Federal", disse o assessor de comunicação da PRF, Antônio Noberto. Ele informou, ainda, que o detido foi abordado durante uma fiscalização nessa rodovia federal. Neste momento, o homem estava conduzindo uma caminhonete e apresentava nervosismo.

"O detido ficou nervoso quando foi indagado sobre a origem e o destino da caminhonete e também apresentou contradição em sua fala", disse Antônio Noberto.

Os policiais realizaram uma vistoria no veículo e encontraram mais de 90 tablets de maconha em um fundo falso. "Havia uma capa embalada em uma espécie de bexiga no compartimento da carroceria do veículo", declarou Noberto.



Policiais rodoviários com a droga apreendida no Maranhão

Segundo ele, o detido chegou a declarar para os policiais que estava transportando somente 30 kg que havia recebido de um homem, que não sabia seu nome, em Manaus (AM) para ser entregue a uma pessoa em Timon. Em troca, o motorista receberia R\$ 10 mil.

A droga foi apreendida e vai ser periciada no Instituto de Criminalística (Ictim), de São Luís. Já o motorista foi preso e apreendido na delegacia regional de Santa Inês onde foi autuado. •

Turista se acidenta durante passeio de Toyota nos lençóis

Jovem suíça fraturou o braço durante manobra do veículo no traslado de Barreirinhas para Atins

Uma estrangeira da Suíça, de 15 anos, foi vítima de acidente quando realizava passeio pelo Parque Nacional do Lençóis Maranhenses, em Barreirinhas. O fato ocorreu no último fim de semana, e ela teve que ser resgatada pelo helicóptero do Centro Tático Aéreo (CTA).

De acordo com a polícia, a adolescente estava em companhia de seus familiares em um veículo Toyota Bandeirantes, Iardineira, fazendo o traslado de Barreirinhas a Atins. Em determinado momento, a jovem fez um movimento involuntário quando o carro estava realizando uma manobra em uma área bastante arenosa. Ela teria caído do carro e fraturou um dos braços.

O motorista da Toyota acionou a polícia e o CTA. Ainda no local do acidente, ela recebeu os primeiros atendimentos pré-hospitalares e, em seguida, foi conduzida para o Hospital Municipal de Barreirinhas.

Resgate

Ainda ontem, três pescadores foram resgatados da praia de Panaquatira, em São José de Ribamar, pelos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar. Eles estavam pescando e utilizavam uma pequena embarcação. A maré encheu, e os pescadores tiveram dificuldades para retornar para a praia. Eles conseguiram chegar a uma elevação de pedras, mas estavam cercados pela água até serem resgatados. •

Fuga de matador de estudante caxiense será investigada

Polícia vai indiciar quem ajudou Deivid Ferreira a fugir após matar Gabriel Brenno, mês passado no PI

A Polícia Civil do Piauí vai indiciar os envolvidos na fuga do mestre de obra Deivid Ferreira de Sousa, de 34 anos, que foi preso no último dia 7, na zona leste da capital piauiense. Ele é suspeito de ter assassinado a tiros o maranhense de Caxias, Gabriel Bren-

no da Silva Oliveira, de 21 anos. O crime ocorreu no dia 17 do mês passado. Segundo a polícia, a vítima estaria tendo uma relação amorosa com a mulher do suspeito.

O caso está sendo investigado pelo 1º Distrito Policial e coordenado pe-

lo delegado Sérgio Alencar. O delegado informou que a polícia só conseguiu localizar Deivid de Sousa 20 dias após o crime. O suspeito estava na residência de uma amiga, na capital piauiense. Ele havia chegado há cerca de uma semana da cidade de Matões, no Maranhão. Depois de praticar o crime, ele passou alguns dias na residência de seu pai, em Timon.

Ainda de acordo com o delegado, a investigação aponta que o suspeito conseguiu fugir com ajuda da família, inclusive, chegou a sair do estado do Piauí. "A gente vai trabalhar para identificar quem são esses amigos que estavam auxiliando na fuga, porque é

um crime. Auxiliar pessoa a fugir da ação policial", afirmou o delegado.

No último dia 8, o acusado participou da audiência de custódia que foi presidida pelo juiz Patrícia Luz. A magistrada informou que foi analisada apenas a possível prática de tortura contra o suspeito e como não houve, ele foi levado para o presídio, em Teresina, à disposição da Justiça.

Operação

A Polícia Civil começou ontem a operação Magni II e que se estenderá até sexta-feira, 16, no interior do estado. O objetivo é tirar de circulação foragidos do Poder Judiciário. •



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

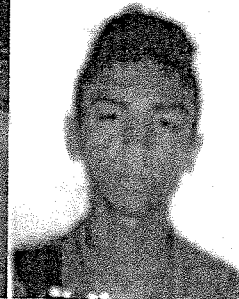
VEÍCULO			
JORNAL PEQUENO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	13 / 08 / 2019	PÁG.	12

Jovem é morto com tiro nas costas em Caxias

Um tiro nas costas tirou a vida de Maurelio Santos da Silva, de 20 anos, na noite de domingo (11), no Residencial Eugênio Coutinho, na cidade de Caxias. A vítima foi alvejada com um disparo de revólver calibre 38, que foi disparado por uma pessoa em uma motocicleta.

Segundo a polícia, a vítima bebia na porta da casa de um vizinho, quando saiu para um clube de festa na companhia de uma mulher. Em seguida, ele esteve em um bar onde se envolveu em uma discussão. Ao sair com destino à sua residência, foi seguida pela dupla na moto.

Com a vítima, foram encontrados um aparelho celular e uma bolsa tipo porta cédulas com RG, cartão de SUS e dinheiro. (AR)



DIVULGAÇÃO

Maurelio Santos foi morto a tiros, por dupla de motociclistas, em Caxias

Polícia Civil cumpre mandado de prisão por roubo



DIVULGAÇÃO/PC

A Polícia Civil do Estado do Maranhão deu cumprimento ontem (12) a um mandado de prisão por sentença condenatória em desfavor de Rosivelton Rodrigues Santos, pelo crime de roubo majorado.

Rosivelton foi preso no bairro da Vila Brasil, em São Luís. Ele foi conduzido à Delegacia do São Cristóvão e, em seguida, encaminhado ao Centro de Triagem de Pedrinhas. (AR)

Suspeito por estupro de vulnerável é preso em Miranda



DIVULGAÇÃO/PC

A Polícia Civil, por meio da 2ª Delegacia Regional de Itapetumirim e Delegacia de Miranda do Norte, cumpriu prisão preventiva em desfavor de Isaias Cardoso dos Santos Silva, de 20 anos. Ele é apontado como autor de um estupro de vulnerável.

A equipe da Polícia Civil de Miranda contou com o apoio da Polícia Militar local, que efetuaram a prisão nessa segunda-feira (12), no centro de Miranda do Norte. Conforme informações da polícia, a vítima tem 13 anos de idade.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
JORNAL PEQUENO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	13 / 08 / 2019	PÁG.	12

PRF apreende 100 kg de maconha em caminhonete na BR-222

AIDÉ ROCHA
ESPECIAL PARA O JP

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu no domingo (11), na BR-222, na cidade de Santa Luzia, 100 kg de maconha, dividida em 93 tabletes. A droga estava escondida em uma caminhonete.

Segundo informações da PRF, durante uma abordagem de rotina no Km 416, o motorista do veículo, que não teve a sua identidade revelada, ficou muito nervoso e levantou a suspeita dos policiais. Ao ser perguntado qual sua origem e o destino da viagem, acabou entrando em contradição.

No veículo, os policiais rodoviários verificaram uma capa embalada em uma espécie de bexiga na carroceria.

Pressionado, o condutor informou que levava em tomo de 30 kg de maconha para a cidade



DIVULGAÇÃO/PRF

Tabletes de maconha apreendidos pela PRF, durante abordagem policial na BR-222

de Timon. Ele disse ter adquirido a droga na cidade de Manaus, capital do Amazonas, e receberia

R\$ 10 mil pelo transporte. O motorista e a droga foram encaminhados à sede da

Polícia Federal, em São Luís, onde deveriam ser adotadas as medidas necessárias.

Populares encontram corpo no bairro da Vila Esperança

Um homem identificado como Paulo Cesar da Silva Ferreira, de 31 anos, mais conhecido como "Paulinho da Vila Sarney" ou "Índio", foi encontrado morto no bairro da Vila Esperança, em São Luís, na manhã de sábado (10). O corpo em estado de rigidez cadavérica foi encontrado por populares que chamaram a polícia. A vítima tinha uma lesão na cabeça possivelmente provocada por algum instrumento

e estava apenas de cueca, com uma camisa branca ao lado. Ele foi encaminhado ao Instituto Médico Legal e as investigações para elucidação do crime serão feitas pela Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP).

LATROCÍNIO NA VILA SARNEY FILHO

Na manhã de sábado (10),

Francisco Jailson de Sá, de 34 anos, foi vítima de latrocínio na Estrada da Mata, localizada na Vila Sarney Filho I, em São José de Ribamar. Francisco, que morava no Residencial Nova Terra, foi esfaqueado por dois homens que levaram a moto de modelo Titan, cor vermelha, placa PSM-2548, na qual ele estava. De acordo com informações da polícia, a vítima chegou a ligar

para o irmão, pedindo ajuda e contando sobre o crime. Quando chegou ao local, o irmão foi informado que populares o levaram ao Hospital Clementino Moura (Soconão II), mas Francisco já chegou sem vida. Até o momento ninguém foi preso.

(AIDÉ ROCHA, ESPECIAL PARA O JP)

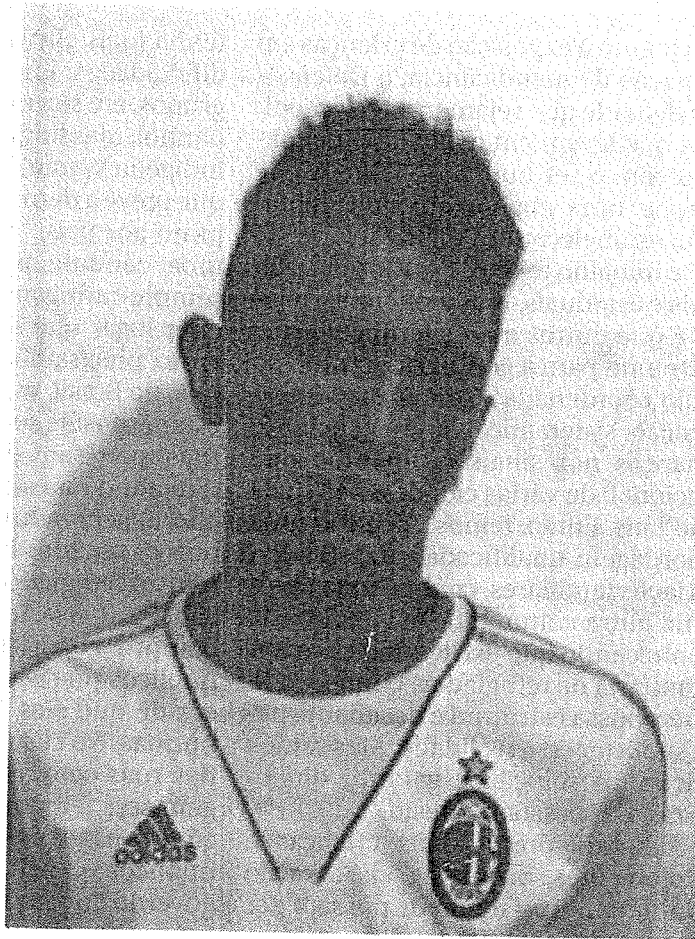


MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Vida			
DATA	13 / 08 / 2019	PÁG.	5

11

Suspeito é detido com revólver e munição



YURI DOS SANTOS ESTARIA AMEAÇANDO FAMÍLIA DA REGIÃO

A Polícia Militar, através do 1º BPM, conseguiu prender em flagrante Yuri Francisco Sousa dos Santos, de 21 anos, suspeito pelo crime de porte ilegal de arma de fogo no bairro do Gapara, na comunidade Itaqui-Bacanga, em São Luís. Com o autuado, a PM apreendeu um revólver 38 e quatro munições intactas do mesmo calibre.

A PM foi acionada via Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), relatando que três indivíduos, entre eles, Yuri dos Santos, estariam ameaçando uma família no bairro do Gapara.

Os policiais estiveram no local, onde houve a confirmação do crime e imediatamente iniciadas as diligências na comunidade no intuito de prender os autores do crime.

Na Rua Onorino Carneiro, a PM conseguiu prender apenas Yuri dos Santos e com ele apreendido a arma de fogo. Diante dos fatos o mesmo foi conduzido e apresentado no plantão da área Itaqui-Bacanga.